



ANEXO I

RESUMO EXPANDIDO

(PARA A PROPOSTA DE COMUNICAÇÃO ORAL)- Retirar na versão final do trabalho

Práticas pedagógicas da Educação Especial na perspectiva inclusiva: caminhos pedagógicos para a efetivação do direito à educação

Evelyn Gabriela Gonçalves Santos

Juliane Correa Figueiredo

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir como as práticas pedagógicas da Educação Especial, na perspectiva inclusiva, fundamenta-se em uma compreensão ampliada de educação e de que forma impactam a organização e o cotidiano das instituições escolares, sejam elas públicas ou privadas. Parte-se do pressuposto de que a efetivação do direito à educação para estudantes com deficiência exige a superação de modelos historicamente excludentes e a construção de propostas pedagógicas baseadas na equidade, no diálogo e no conhecimento das diferenças como constitutivas do processo educativo. O estudo apoia-se em abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, dialogando com autores que contribuem para a compreensão histórica, política e pedagógica da Educação Especial no Brasil, como Mazzotta, Mantoan, Santos Silva, Khater e Silva de Souza. Os resultados apontam que a consolidação da educação inclusiva de manda mudanças estruturais na escola, reorganização curricular, formação docente contínua e práticas pedagógicas colaborativas, capazes de garantir a participação e a aprendizagem de todos os estudantes.

Palavras- chaves: Educação Especial; Educação Inclusiva; Diversidade; Direito à Educação.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade da pesquisa discutir como as Práticas Pedagógicas da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva fundamentam-se na compreensão da educação e como elas impactam na escola, sejam estas públicas ou privadas.

Com as práticas pedagógicas da Educação Especial na perspectiva inclusiva têm se constituído como um dos principais desafios da educação contemporânea. A ampliação do acesso de estudantes público da Educação Especial às escolas regulares impõe à instituição escolar a



necessidade de rever concepções, metodologias e formas de organização historicamente marcadas pela exclusão e pela homogeneização dos sujeitos.

Nesse contexto, o presente artigo tem por finalidade discutir como as práticas pedagógicas inclusivas se fundamentam em uma concepção de educação comprometida com os princípios da democracia, da equidade e da valorização da diversidade. Busca-se compreender de que maneira essas práticas impactam o cotidiano escolar e contribuem para a efetivação do direito à educação de estudantes com deficiência.

O estudo dialoga com produções acadêmicas que abordam a Educação Especial em uma perspectiva histórica e crítica. Autores como Mazzotta contribuem para a compreensão da trajetória da Educação Especial no Brasil, evidenciando a transição de práticas segregadoras para propostas inclusivas, enquanto Mantoan defende a inclusão como um princípio pedagógico e político que exige a reorganização do currículo, das metodologias e das relações escolares. Santos Silva, Khater e Silva de Souza, por sua vez, discutem os desafios e as possibilidades da educação inclusiva no contexto das práticas escolares

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza descritiva, por buscar compreender significados, concepções e práticas relacionadas à Educação Especial na perspectiva inclusiva no contexto da Educação Básica. Essa abordagem justifica-se pela necessidade de analisar os fenômenos educacionais em sua complexidade, considerando os sujeitos, os contextos e as relações estabelecidas no cotidiano escolar.

O procedimento metodológico adotado consiste em pesquisa bibliográfica, fundamentada em livros, artigos científicos e documentos legais que abordam a Educação Especial e a educação inclusiva. Essa etapa possibilitou a construção do referencial teórico e a contextualização histórica, política e pedagógica do tema, assegurando rigor científico e contribuindo para a produção de conhecimentos relevantes para o campo educacional.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E/OU DISCUSSÕES

A fundamentação teórica deste estudo apoia-se na análise dos modelos de inclusão escolar, refletindo sobre seus fundamentos legais e sobre a efetivação das práticas pedagógicas no cotidiano das escolas. Documentos internacionais, como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), reafirmam o direito de todas as pessoas



à educação e defendem a construção de sistemas educacionais capazes de atender à diversidade dos sujeitos.

Historicamente, as pessoas com deficiência foram marginalizadas e excluídas dos espaços educacionais. Na Idade Média, eram frequentemente vistas como amaldiçoadas ou objetos de caridade, não sendo consideradas sujeitos de direito à educação. Com o passar do tempo, especialmente a partir dos movimentos sociais das pessoas com deficiência, houve uma mudança significativa nesse paradigma, deslocando o foco do modelo médico centrado na deficiência para uma perspectiva social, que compreende as barreiras impostas pelo meio como os principais obstáculos à aprendizagem e ao desenvolvimento.

Nesse sentido, a educação inclusiva propõe que a escola se reorganize para atender a todos os estudantes, reconhecendo as diferenças como parte constitutiva do processo educativo. Entretanto, apesar dos avanços legais, ainda persistem práticas discriminatórias e excludentes no contexto escolar, muitas vezes decorrentes da falta de formação docente, do preconceito ou da ausência de articulação entre os diferentes profissionais que atuam na escola.

A efetivação de práticas pedagógicas inclusivas requer ações colaborativas entre o professor da sala comum, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e outros profissionais, como intérpretes de Libras, quando necessário. Essa articulação envolve o compartilhamento de planejamentos, materiais e avaliações, bem como a corresponsabilização pelo processo de ensino e aprendizagem. Trata-se de uma prática pedagógica que ultrapassa a dimensão técnica, exigindo compromisso ético e político com a inclusão.

Além disso, a escola deve se constituir como um espaço de convivência, acolhimento e alegria, no qual os estudantes desenvolvam relações positivas consigo mesmos, com o outro e com o conhecimento. Para isso, torna-se fundamental remover barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais, promovendo acessibilidade e apoio contínuo, de modo a garantir a participação e a aprendizagem de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações apresentam os resultados esperados e as considerações complementares do trabalho.

As reflexões desenvolvidas neste artigo evidenciam que a consolidação da Educação Especial na perspectiva inclusiva depende da superação de práticas pedagógicas excludentes e da construção de uma escola comprometida com a diversidade e com o direito à educação. Embora



os avanços legais representem conquistas significativas, ainda há desafios relacionados à formação docente, à organização escolar e à implementação efetiva de práticas inclusivas.

Conclui-se-se que a educação inclusiva não se restringe à pressão física do estudante deficiência na escola regular, mas exige ações pedagógicas intencionais, colaborativas e contextualizadas, capazes de promover a aprendizagem e a participação de todos os sujeitos. Dessa forma, as práticas pedagógicas inclusivas configuram-se como um elemento central para a construção de uma escola democrática, equitativa e socialmente justa.

REFERÊNCIAS

BARROS, Jackeline. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE GOIÂNIA: aproximações e distanciamentos da perspectiva inclusiva para educação especial. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2024.

Brasília, 1998. PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0913497/CA 142 BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 1999. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Política Nacional de Educação Infantil

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos 'is'. Porto Alegre. Editora Mediação. 2004.

CASTORIADIS, C.A. A instituição imaginária da sociedade. 3. ed. Tradução de: Guy Reynaud; Revisão técnica de: Luis Roberto Salinas Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

9 _____. CORDE. Declaração de Salamanca e Linha de Ação. Brasília: CORDE, 1994.

FILHO, Raimundo; BARBOSA, Elma. EDUCAÇÃO ESPECIAL: da prática pedagógica à perspectiva da inclusão. Revista Educação Por Escrito, Porto Alegre, V.6. N.2, Pág. 356- 368. Jul. Dez. 2015.

KHATER, Eduardo; SOUZA, Kelen. DIVERSIDADE X INCLUSÃO: Conceito, teoria e prática na educação infantil. Revista Educação em Foco – Edição nº 10 – Ano: 2018

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001/2005/2011. (obras em diferentes edições)



MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Inclusão escolar e educação especial: das diretrizes à realidade das escolas.** Araraquara: Junqueira & Marin, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2006.

OLIVEIRA, Francélio Ângelo. **Inclusão escolar e resistência docente: a dimensão subjetiva dos professores e suas determinações.** 2020. 171 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) — Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza, 2020.

SANTOS SILVA, Luzia. **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.** Especialização em Educação Inclusiva. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal (RN), 2022.

_____. Senado Federal. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília, CORDE, 1994.

SOUZA, Isadora; CORDEIRO, Kelly; PAIVA, Carla. 2022. Educação inclusiva e educação em direitos humanos. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, Rio de Janeiro, V.8, N.3 - pág.884-898, set-dez de 2022.